

CONFLITOS SOCIOESPACIAIS ENTRE OS AGRICULTORES TRADICIONAIS E SOJICULTORES NO MUNICÍPIO DE BALSAS MARANHÃO

Vanderson Viana Rodrigues¹
Ademir Terra²

Resumo

Os conflitos socioespaciais no município de Balsas tem sua gênese ligada às políticas de povoamento e incentivos agrícolas efetivadas pelos governos militares no período de 1970, quando Balsas recebeu um grande número migrante vindos do sul do país, eles trouxeram consigo a “cultura da soja” e aqui encontraram apoio para se desenvolver. Contudo a partir de então se instalam os conflitos socioespaciais que seguem até os dias atuais, pois as atividades desempenhadas pelos produtores de soja nem sempre têm sido executadas com os melhores critérios do ponto de vista de preservação da natureza e da valorização da territorialidade preexistente, o que de certa forma, contribui para criar novos conflitos além do agravamento daqueles que já se faziam presente, como por exemplo o acirramento das mazelas urbanas ao impelir os camponeses em direção a cidade. Fato esse que contribuiu para o agravamento da realidade socioeconômica dos camponeses, que pressionados pela grande massa de produção mecanizada, são inviabilizando de manter seu modo de vida e a forma de uso da terra.

Palavras-chave: Conflitos, Camponeses, Agronegócio.

Introdução:

O sul do Maranhão permaneceu por mais de dois séculos ocupados pela pecuária associada ao cultivo de subsistência, ou seja, a agricultura camponesa, pois o solo da região até então era considerado inadequado para o cultivo agrícola de alta produção. Outrora a região fora uma área de pecuária extensiva, responsável pelo abastecimento de centros urbanos nordestinos. Contudo, o avanço tecnológico e a modernização da agricultura, nos anos 1970, tornaram o Cerrado e a Amazônia Legal maranhense atrativos às novas frentes de expansão agrícola, em detrimento das populações tradicionais.

O cultivo da soja se expandiu rapidamente como resultado da combinação de preços, subsídios governamentais diretos e indiretos, especialmente no que se refere a investimentos, e parceria entre o Estado e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para o desenvolvimento de novas variedades de cultivares de soja, adaptadas às condições da região, e a com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a utilização da Estrada Ferroviária de

¹ Graduando em Geografia Licenciatura; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária-GEPGA; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC-FAPEMA pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, vanderson2016rodrigues@gmail.com

² Professor adjunto do departamento de Geografia e História, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária - GEPGA pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, ademir.terra@outlook.com

Carajás (EFC) no escoamento da produção através do Porto de Itaqui o que colocou a região em destaque na sojicultura. O Estado no estímulo à inovação tecnológica e intensificação do trabalho são características dos sistemas produtivos ligados à agricultura patronal e afetam diretamente o processo de produção do camponês. (GROSSMAN, 1998).

No início, a atividade no sul do Maranhão era camponesa, sem a presença de grandes grupos produtores de grãos. Mas nos anos de 1990, a produção se torna uma atividade empresarial que marca um intenso processo de concentração da posse da terra e de violentos conflitos entre especuladores de terras, sojicultores, trabalhadores rurais, lideranças sindicais e membros das Igrejas católica e luterana de Balsas.

A partir de então os conflitos pela posse da terra e os processos de mudanças na microrregião Gerais de Balsas passam a se tornar constantes. A análise desses processos se pautou na compreensão dos principais atores sociais envolvidos, (camponeses e sojicultores) dando ênfase aos grupos sociais marginalizados (LITTLE, 2006), os mais afetados pelas relações assimétricas de poder (ZHOURI e OLIVEIRA, 2007), e analisando as especulações de legitimação das práticas sociais de apropriação do espaço e seus recursos naturais, para que as inter-relações fossem mapeadas e as conexões entre as esferas locais, regionais e nacionais fossem compreendidas.

Na presente pesquisa se averiguou os conflitos socioespaciais³ entre os agricultores tradicionais e sojicultores no município de Balsas no Maranhão, os processos de territorialização e configurações sociais associadas às principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município. Os conflitos socioespaciais abordados serão compreendidos enquanto parte das dinâmicas de territorialização e os processos de mudança nos modos de produção, como transformações espaciais provocadas pelas práticas dos atores sociais.

Para tanto, empregamos como método o materialismo histórico, pois este possibilita analisar como o homem se organiza na produção e reprodução do capital, além do seu caráter histórico (como ele se organiza através dos tempos). No percurso metodológico deste estudo, valemo-nos em um primeiro momento de uma pesquisa de caráter bibliográfico em busca de dados secundários, realizada em livros, periódicos, anais de eventos e também projetos,

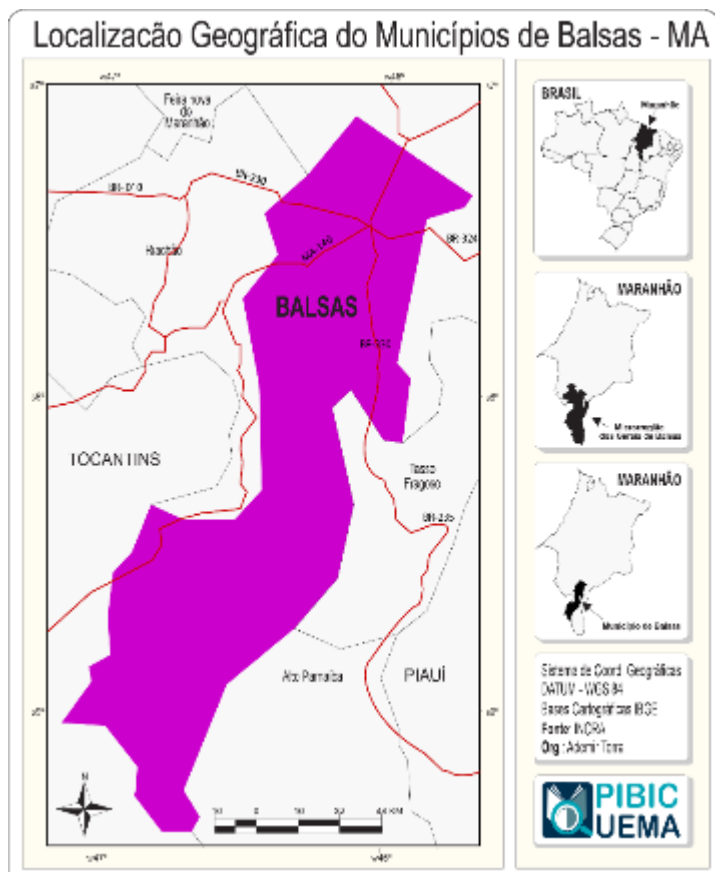
³ Rugani (2002) sintetiza o aparente conflito afirmando que “conciliar a preservação da paisagem cultural, histórica e ambiental com os processos de renovação controlada dos espaços constitui o ponto chave das administrações públicas comprometidas com uma agenda de desenvolvimento sustentável” (RUGANI, 2002, p. 160).

anúários e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis. (PISCIOTTA, 2003).

Visitou-se duas áreas de conflituosas no município de Balsas, o Assentamento Rural São José, no qual houve ocorrências de conflitos até 2015, onde foram entrevistadas duas lideranças, o presidente da associação senhor e a diretora da escola a senhora, e também onde foram aplicados dezoito questionários às famílias de camponeses assentados. E no Assentamento Rural Gado Bravinho onde, por conta de se encontrar numa fase inicial de implantação, os conflitos pela terra estão acirrados. Neste assentamento realizou-se entrevista com lideranças do assentamento, e aplicados apenas dois questionários à duas famílias camponesa, por uma questão logística, uma vez que as famílias assentadas estão dispersas na área e as vias de acesso estão ainda em fase de implantação.

Localização geográfica e histórico do município de Balsas

O município foi fundado em 23 de maio de 1882 originalmente ligada a cidade de Riachão – MA, municípios que atualmente situam-se na Microrregião Gerais de Balsas, sendo elevado à categoria de vila com a denominação de Santo Antônio de Balsas, pela Lei Estadual



nº 15, de 07 de setembro de 1892, desmembrando-se de Riachão - MA. Em seguida, elevado à condição de cidade com a denominação de Santo Antônio de Balsas, pela Lei Estadual nº 775, de 22 de março de 1918. Finalmente, pelo decreto-lei nº 820, de 30 de dezembro de 1943, o município de Santo Antônio de Balsas passou a denominar-se Balsas – MA.

Balsas encontra-se localizada nas coordenadas geográficas: Latitude 07° 31' 57" S, Longitude: 46° 02' 08" W, (Mapa 1) e Altitude de 247m em relação ao nível do mar. Tem uma

população estimada em 93.511 habitantes no ano de 2016 pelo IBGE, e com uma densidade demográfica 6,36 hab./km², ocupando 13.141,733 km². Está a uma distância aproximada de 585,86 km em relação a São Luís, capital do estado do Maranhão.

Balsas possui uma localização geográfica estratégica, uma vez que é cortado pelas rodovias transamazônica (BR 230), pela BR 330, pela BR 324 e também da MA 140, localização esta que entre outros fatores, explica o fato de ser hoje uma das principais áreas de produção agrícola do estado, processo este desencadeado a partir do Plano de Colonização Nacional⁴ na década de 1970, implantado pelo governo militar que vigorava neste período no Brasil. Essa Política era implantada nas regiões menos explorada do país, no caso o Norte e o Nordeste, e buscou o maior povoamento dessas áreas e a consolidação das cadeias produtivas do agronegócio no país.

Lei Sarney, base para acentuar a concentração de terras e a exclusão no Maranhão

Durante o período do governo militar, o Maranhão viveu uma fase autodenominada de "Maranhão Novo", que trazia consigo políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de indústrias e do campo do estado. Esta política desenvolvimentista teve o seu ponto alto com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA), que se constituiu no espaço de convergência das várias ações do governo. Neste período a nova ordem política colocou em prática seus projetos de modernizar a agricultura do estado com o apoio de grandes investimentos que levariam adiante a ideia de implantar um padrão moderno de manejo agrícola e pecuário.

Para os interesses políticos serem concretizados, fez-se necessário a utilização da legislação, criando-se durante o período de governo de José Sarney a Reserva Estadual de Terras, pelo decreto 3.831, de 06 de dezembro de 1968, e seus órgãos as Delegacias de Terras ligadas a secretaria da Agricultura, de acordo com Asselin (2009, p.152), tais delegacias “não tiveram outro objetivo a não ser de disciplinar a ocupação e o de titular as áreas”. O ato seguinte levado à cabo pelo governo Sarney foi a elaboração da Lei 2.979 regulamentada pelo decreto 4.028, de 28 de novembro de 1969. “A nova lei, facultava a venda das terras devolutas sem

⁴ O Programa de Integração Nacional (PIN) foi um programa de cunho geopolítico criado pelo governo militar brasileiro por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970, assinado pelo Presidente Médici.

licitação, para grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios podendo requerer cada um até 3.000 hectares” (ASSELIN, 2009, p.152).

A modernização acelerará o processo de violência já presente nas regiões do interior maranhense, a expulsão dos camponeses das localidades almejadas foi o ápice para a conflito entre essas famílias e os que se dizem donos das terras. O desenvolvimento é palavra de ordem, pois, o art. 14, caput, da Lei 2.979/69 sentencia que: “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial.”

Sendo assim, fica exposto legalmente que os trabalhadores rurais em suas pequenas posses não estavam incluídos nesse meio desenvolvimentista. O interesse do Estado estava voltado a satisfazer grupos de investidores, pois o passo seguinte seria a oferta dessas terras, a empresas, e grupos de fora do Maranhão, os quais foram atraídos por meio de anúncios de terras baratas, sem concorrência pública e sem leilão, a preços vantajosos, sem juros e sem correção monetária.

Este conjunto de leis implantadas no Maranhão durante o governo José Sarney, ficou conhecida como Lei Sarney de Terras, por ser uma das principais medidas tomadas durante seu governo que promoveu uma reestruturação territorial no Maranhão, sem que efetivamente promovesse o tão propalado desenvolvimento rural, mas sim potencializou ainda mais a concentração de terras, exclusão dos camponeses, o aumento da pobreza urbana e principalmente o conflito fundiário que caracteriza o Maranhão da atualidade, e sem dúvidas, este é o lado perverso do avanço da agricultura científica globalizada em terras maranhenses.

A espacialização da agricultura científica globalizada no Sul do Maranhão

O uso das terras do cerrado maranhense para a sojicultura surge por volta de 1971 e 1974 quando foram iniciados os:

[...] primeiros estudos experimentais com soja através do Departamento de Pesquisa e Experimentação – DEPE da secretaria de Agricultura do Maranhão – SAGRIMA através de convenio firmado com a SUDENE [...]. Em 1978 a Empresa Agropecuária do Estado do Maranhão – EMAPA, sob a coordenação do Centro Nacional de Pesquisas com soja – CNPSo/ EMBRAPA ampliou a iniciou um programa de pesquisa com soja cujo finalidade era verificar, a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado, sendo selecionados os municípios de Bacabal, Balsas e Brejo, localizados em Microrregiões distintas [...]. (FERREIRA, 2008, p. 101 e 102)

A partir de 1995, no Sul de Maranhão toma-se relevante a fase III do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)⁵, que tinha como objetivo tornar as áreas de cerrado do Maranhão e do Tocantins (norte de Goiás) mais produtiva aproveitando todo seu potencial, bem como estimular a migração racional, o programa visava, fundamentalmente, a implantação de agricultores familiares de médio porte que não possuíam sua própria terra, cuja seleção desses produtores se deu principalmente, por cooperativas de cada região.

Esse programa equivale ao Projeto de Colonização Gerais de Balsas (PC-GEBAL), implantado a partir de julho de 1996, incorporando inicialmente, uma área de 80 mil ha, a qual segundo Giordano (1999):

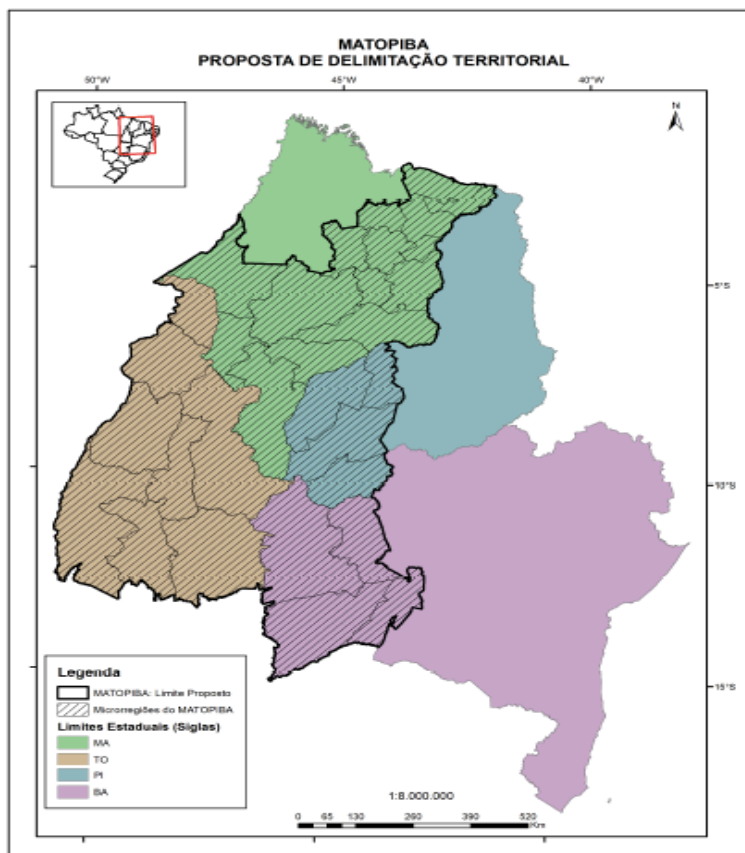
[...] com exploração de 40 mil ha por 42 colonos, tendo consumido investimentos de US\$ 138 milhões de recursos dos governos brasileiro (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/Banco do Nordeste) e japonês (Japan International Corporation Agency - JICA) (GIORDANO, 1999, p. 114).

Essas políticas resultaram na implantação do cultivo da soja destinada à exportação e desenvolvido por empresas como a Agropecuária e Industria Serra Grande Ltda. (AGROSERRA), VARIG Agropecuária, CUTRALE, CARGIL e a CEVAL, estes grupos empresariais se instalaram no município de Balsas, atraídos pelo baixo Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), e inúmeros outros atrativos como é o caso da disponibilidade de terras planas nas áreas das chapadas.

A inserção da agricultura moderna da soja em Balsas, comandada pelas políticas governamentais já destacadas anteriormente em consonância com a chegada de sulistas na década de 1980, repercute numa nova re/organização do espaço da produção agrícola regional e faz parte de um planejamento em escala nacional, o qual terá como desdobramento na atualidade o MATOPIBA. A nova fronteira agrícola no Brasil que reflete a continuidade da “marcha da soja” baseada em tecnologias modernas de alta produtividade que se iniciou nos anos 1970 no sul do Brasil e expandindo em direção às demais regiões do país, ocupando áreas do cerrado e da pré-amazônia, remodelado pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica

⁵ O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER foi um programa que estabelecia a relação entre Brasil e Japão para o desenvolvimento agrícola em áreas do cerrado brasileiro. Teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, e encerrou-se em 2001.

da Embrapa (GITE), segundo o qual, tivera como primeiro grande critério as áreas de cerrados existentes nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. (Mapa 2)



De acordo com os dados do IBGE (2010) o MATOPIBA⁶, abrange 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, numa área com cerca de 73 milhões de hectares, área esta que abarca aproximadamente 324 mil estabelecimentos agrícolas, 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas, 35 terras indígenas, além de 46 unidades de conservação, entre outros.

O êxito de tal projeto, sob o ponto de vista do agronegócio, pode ser vislumbrado quando analisamos os dados

disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), segundo a qual, na safra 2014/2015 o MATOPIBA foi responsável por 19,7 milhões de toneladas de algodão em pluma, soja, arroz e milho, em uma área de 5,7 milhões de hectares. A região que na safra 2013/2014 havia produzido 8,7 milhões de toneladas de soja, já na safra seguinte teve um incremento de 21,7% e chegou a 10,5 milhões de toneladas, equivalentes a 11% da produção nacional de soja. Segundo os produtores da região, tais dados só não foram maiores em função do ataque de pragas como lagarta e a mosca branca que atacaram as plantações nesta safra. Todavia, estes dados de produção poderão, num futuro próximo, ser ainda mais expressivos, pois segundo a CONAB, mais 10 milhões de hectares podem ser incorporados à área plantada.

O município de Balsas - MA é o terceiro maior produtor de grãos da região do MATOPIBA ficando atrás apenas de Formosa do Rio Preto e São Desidério ambos os municípios do estado da Bahia (SindBalsas, 2016). Com a ajuda desses diversos programas

⁶ O Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA foi aprovado pela então presidente da república Dilma Rousseff e passou a vigorar a partir do dia 06 de maio de 2015, por meio do decreto nº 8.447, de mesma data, que dispõe sobre tal, e a criação de seu Comitê Gestor

governamentais o avanço da produção mecanizada da soja, assim como ocorrido nos estados do Sul do país e em áreas de expansão da fronteira agrícola brasileira no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, legitimou a concentração fundiária no Maranhão, (Gráfico 01) o que se comprova na comparação de dados feita aparte de dados dos últimos censos agropecuários do IBGE.

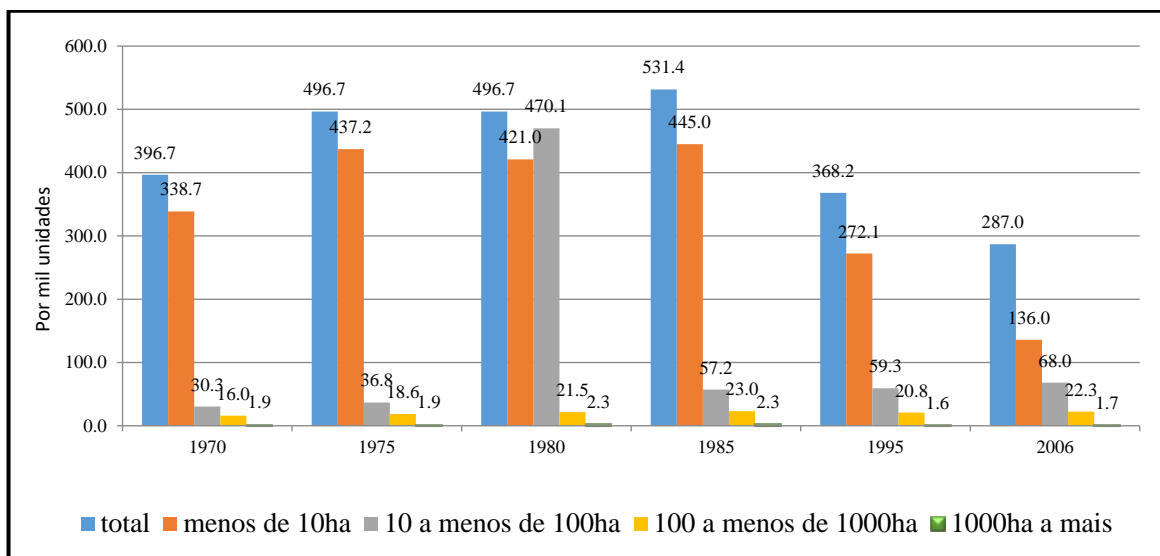


Gráfico 01 - Evolução do número de estabelecimentos agropecuários no Maranhão (unidades)

Fonte: IBGE

Org: RODRIGUES, 2017

O número de pequenas propriedades (menos de 10 ha) que é a faixa onde predomina o campesinato decresceu nos dados dos últimos censos, evidenciando uma queda de 309,05%, a evolução de tais dados demonstra que a manutenção do campesinato não faz parte do rol das preocupações do gestores das políticas voltada para o campo maranhense.

O número de grandes latifúndios (mais de 1000 ha) também sofreu um decréscimo, tendo em vista que em 1985 somavam 2.343 unidades passando em 2006 a ter 1.716, aventamos a hipótese que isso decorre em virtude da grande pressão exercida pelos movimentos sociais a partir da década de 1980, e conseqüentemente redundando numa forçada política de criação de assentamentos rurais, mas também devido a imposição das política de combate aos latifúndios improdutivos, não por acaso, tais políticas também são resultantes das lutas levadas a cabo pelos movimentos sociais.

O número de propriedades localizadas na faixa de 10 a menos de 100ha vem aumentando de forma muito lenta, demonstrando a falta de efetividade das políticas oficiais voltadas para a denominada agricultura familiar. Contudo o aparente lento crescimento da faixa localizada de 100 a menos de 1000 ha após 1980 é proporcional à acelerada queda do extrato com menos de 10 ha, pois a totalidade da área que é subtraída desta faixa, tem um rebatimento

drástico para o campesinato, ao mesmo tempo que a junção das propriedades desta faixa e sua consequente incorporação à faixa de 100 a menos de 1000 ha não representa um número tão expressivo para este que é por excelência o extrato do agronegócio.

O campesinato no município de balsas

Marques (2008) em seu trabalho *A atualidade do uso do conceito de camponês* destaca que o camponês mesmo sem utilizar a terra para se manter continua sendo camponês, pois o mesmo não é caracterizado apenas pelo modo de vida, mas pelas características sociais, econômicas, culturais e outras tantas que formam seu modo tradicional de ligação com a terra.

O camponês traz consigo muito mais que as marcas de uma vida penosa na lida com a terra, hoje o mesmo traz profundas marcas de luta e enfrentamento para se manter, as características que um dia definiram o camponês foram a organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor do mesmo (MARQUES, p. 59, 2008). Contudo com as inúmeras crises de sobrevivência e de subsistência social o camponês resiste e cultiva a terra mesmo que precariamente para se manter, no entanto ele reconhece sua inferioridade perante o seu grande inimigo o capitalismo feroz do agronegócio, mais isto não implica a negação da diversidade de formas que ele tem de enfrentamento, mesmo se subordinando a presta serviços ao agro, ele se mantém firme em seu enfrentamento e tem multiplicidade de estratégias adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, p. 59, 2008).

Contudo o camponês resiste às diversas barreiras impostas todos os dias pelo capital o qual luta para se sobrepor ao campesinato, o mesmo sofre pela territorialização do agronegócio no Brasil. Em Balsas não é diferente, o camponês tem vivido lado a lado com as gigantescas plantações de grãos, e também lidado com as diversas mazelas trazidas por ele para a região como a contaminação das águas, a morte de pequenos animais, as pragas nas plantações, e os conflitos territoriais os quais não tem sido fácil de serem resolvidos, por conta do descaso do poder publico.

De acordo com Fernandes (2008):

Para a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária. Todavia, a questão agrária não é uma questão conjuntural, como muitos pensam. A questão agrária é uma questão estrutural,

portanto não há solução para a questão agrária a partir do modo capitalista de produção. (FERNANDES, 2008, p. 02).

A paisagem que caracteriza o território camponês que resiste ao agronegócio é pequena, a produção diversificada de alimentos como arroz, feijão, milho, e a mandioca, são gêneros da sua base da produção e também da sua alimentação. No município de Balsas os agricultores camponeses que vivem dessa forma de produção são forçados a dar espaço à monocultura da soja, ou venderem as suas terras para os grandes produtores de *commodities*, e se deslocarem para outras regiões, ou para a periferia da cidade de Balsas e/ou dos municípios circunvizinhos.

O arroz que teve uma grande queda de áreas cultivadas nos últimos anos em particular é exemplo do processo de substituição dessas culturas, e de uma sobreposição da paisagem campesina. Contudo o camponês continua lutando na região para se fixar através da produção. Um exemplo é o crescimento de outras culturas relacionadas ao trabalho familiar e comunitário do camponês, como é o caso do feijão que no período em que houve decréscimo na área plantada com outros produtos da agricultura camponesa, obteve crescimento passando de uma área cultivada de 326 hectares em 2010 para uma área de 4.330 hectares no ano de 2015, segundo IBGE.

Alguns camponeses comercializam seus produtos aos sábados no mercado municipal de Balsas (Foto 01), esses produtores, via de regra, cultivam sem o uso de agrotóxicos, fornecem alimentos naturais de excelente qualidade e a baixo custo, segundo a presidente do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Balsas – STTR esses camponeses também forneciam alimentos para dois programas de alimentação escolar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁷ e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸, no entanto o PNAE foi suspenso no município no mês de março por conta da não prestação de conta, que deveria ter sido feita pela prefeitura municipal, e o PAA não funciona desde o ano de 2016.

⁷O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

⁸ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de aquisição direta de produtos de agricultores familiares.



Foto 01 – Feira municipal de Balsas
Autor: RODRIGUES, 2017

Conflitos pela terra no Maranhão

A questão fundiária remota ao passado colonial brasileiro, quando então iniciou-se a concentração de terras no Brasil, ocasionada pelo modelo de ocupação territorial adotado pela Coroa Portuguesa, todavia, os conflitos que emergem desta questão são mais evidentes a partir do século XIX, agravando-se no século XX em virtude da ausência de uma efetiva regulamentação e fiscalização na distribuição de terra no país.

Os conflitos territoriais que foram sufocados com a implantação do regime militar no país em 1964, ressurgem em meados dos anos 1980 com a abertura política, com a crise econômica que se abateu logo após o chamado “milagre brasileiro”, com a modernização do setor agrícola e das sucessivas mudanças institucionais que repercutiram no ambiente de negócios brasileiro, que irão se configurar em um aprofundamento das demandas sociais, que repercutiram ainda mais na segunda metade dos anos 1990, quando então, após esta fase de reestruturação e modernização agrícola, as questões econômicas relacionadas a esses conflitos se complexificam ainda mais.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), conceitua os conflitos fundiários como:

[...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaquais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (CPT, 2016).

O Maranhão entrou na lista de conflitos da CPT a partir de 1985, quando foram registrados 71 conflitos no estado, e os dois primeiros assassinados de trabalhadores rurais sem terra registrados foram em Imperatriz, eles eram migrantes expulsos do oeste do estado, isso ocorreu por conta da grilagem de uma área denominada Fazenda Pindaré, (mais tarde dividida entre os grupos da VARIG, SHARP, CACIQUE, MESBLA e PÃO DE AÇUCAR) que no ano seguinte recebeu o nome de “Fazenda Criminosa”, em função do assassinato de vários outros trabalhadores rurais.

Os problemas acarretados por conta da grande concentração de terras nas mãos de poucos persistem até os dias de hoje no estado do Maranhão, muitos camponeses que dependem da terra para a produção e sua reprodução social, não dispõem desta para desenvolver suas atividades, pois os incentivos públicos e a legislação tem beneficiado os latifúndios os quais, a cada ano, aumentam, ainda mais, seus domínios territoriais, que são voltados para produção e expansão do agronegócio, enquanto os camponeses perdem suas terras e não conseguem sobreviver como antes do extrativismo e cultivo das mesmas para subsistência.

Silva & Cunha (2012), afirmam que:

O direito a terra tem sido uma bandeira de luta de trabalhadores rurais em todo o Maranhão. As lutas extrativistas não ficaram atrás nessa empreitada reivindicatória. Os conflitos em torno dos babaçuais também somaram números alarmantes. Parte desses conflitos pode ser visualizada na região do Mearim, pertencente à Zona dos Cocais, maior produtora de babaçu no estado (SILVA & CUNHA (2012, p 05).

O Maranhão convive com um aumento progressivo no número de conflitos territoriais, segundo dados da CPT, nesta unidade da federação, entre os anos de 1985 a 2016 ocorreram cerca de 2.476 conflitos por terra envolvendo cerca de 233.288 famílias. A grande maioria ocorreu em comunidades da zona rural onde estão sendo implantados grandes empreendimentos (Gráfico 02). A região maranhense que concentra o maior número de conflitos encontra-se na faixa de transição geográfica entre o bioma do Cerrado do Centro-Oeste e a floresta Amazônica, áreas que são abrangidas pelos Rios Tocantins e Araguaia. Cujas disputas pela posse de vastas extensões de terra adequadas para a agricultura e a pecuária, as quais são partes da riqueza do estado, culminando em graves confrontos envolvendo fazendeiros e posseiros, com maior letalidade para este último.

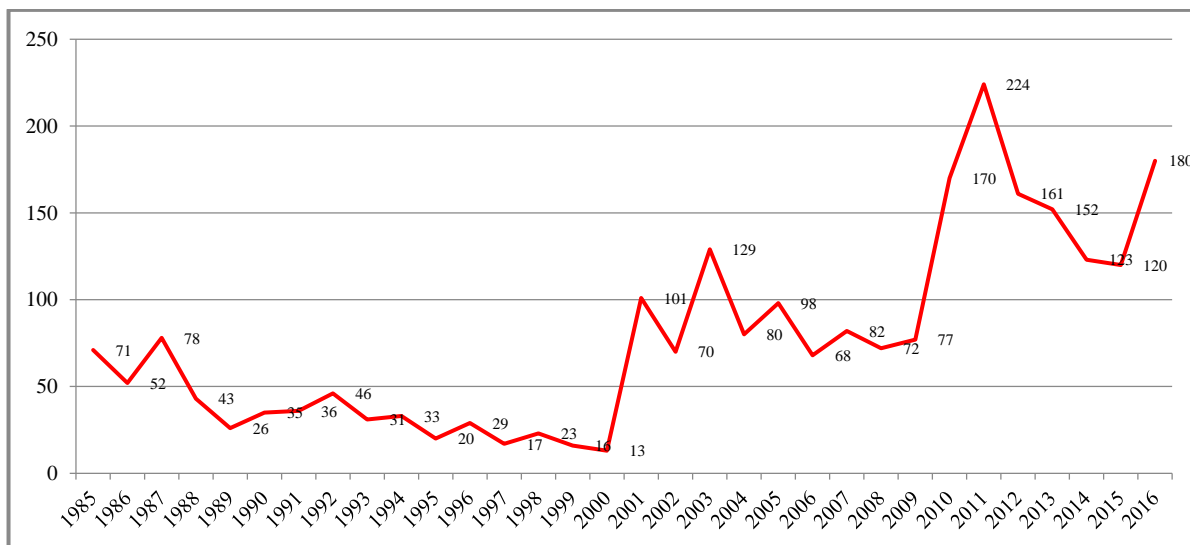


Gráfico 02 - Evolução dos conflitos pela terra no Maranhão entre 1985 e 2016

Fonte: CPT, 2017

Org: RODRIGUES, 2017

O Maranhão é o estado da federação que apresenta os maiores índices de população rural: 48,08% dos habitantes moram no campo, conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD). A estrutura fundiária permanece fortemente concentrada. A agricultura camponesa é de baixo padrão tecnológico, praticada em pequenas propriedades, é predominante.

A luta por terra no Maranhão é uma das maiores do Brasil, realidade comprovada não só na atualidade como também ao longo da história deste estado. Evidencia-se também que, os conflitos agrários, ocorrem em áreas que são agricultáveis, que são disputadas pelos grandes produtores para a implantação de pastagem, e mais recentemente de campos produtores direcionados ao à grande lavoura capitalista, que para tanto expulsa os camponeses para as pequenas cidades localizadas próximas às gigantescas plantações, geralmente produtora de soja.

Conflito entre sojicultores e camponeses em Balsas

Moreira apud Rodrigues e Alencar (2007), afirma que o espaço nasce da tensão entre o local e a disposição, e que a seletividade é um processo importante que se dá devido às diferenças das estruturas. Essas diferenças são o resultado de inúmeros fatores de classificação espacial que vão desde os fatores físicos aos econômicos. A seletividade se dá de acordo com a demanda do modo de produção predominante do local.

O conflito pela imposição de determinadas culturas agrícolas é uma das categorias de conflitos existentes entre o agronegócio e o campesinato na região de Balsas, é um conflito que se dá de forma encoberta, ou seja, sem chamar a atenção da sociedade em geral, pois, muitas vezes, só é percebido na comparação de dados. Contudo, a luta do agricultor camponês contra o crescimento do agronegócio sobre suas terras é para ele como uma forma de se manter com seus próprios meios e suas próprias características de vida e também de produção para assim poder ser o compositor da sua própria história, e não submeter sua vida aos caprichos do grande capital. Esse conflito é entendido como “[...] as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CPT, 2007, p. 10),

Em Balsas o número de conflitos por terra no período de 2001 a 2017 soma 48 ocorrências, que obteve alguns picos nos anos de 2008 e 2010 (Gráfico 03) quando ocorreram 07, conflitos por disputa de terras entre camponeses e produtores, contudo nos seis primeiros meses de 2017 já foram registradas duas ocorrências que estão sendo investigadas.

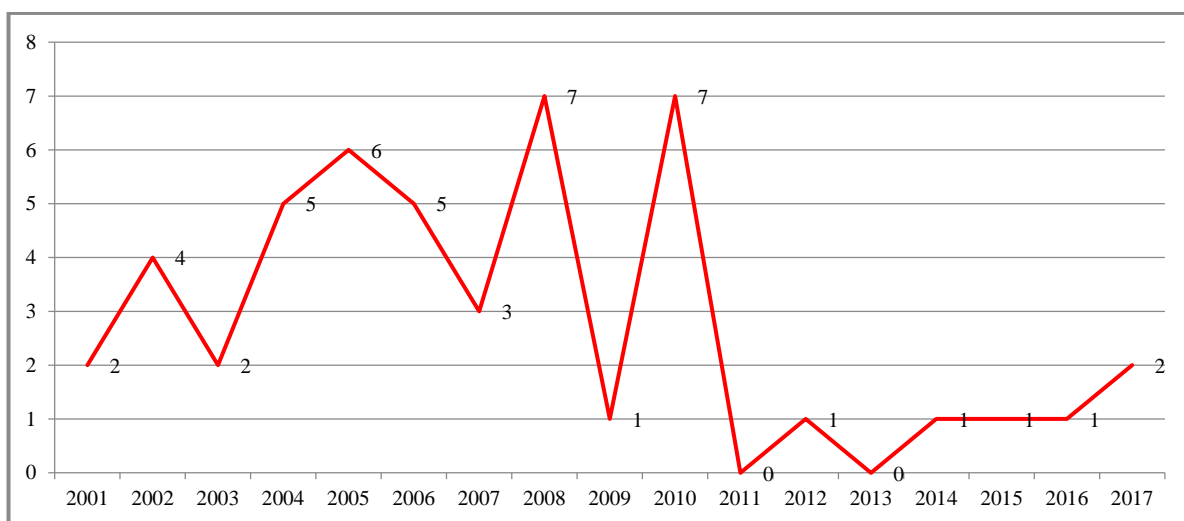


Gráfico 03 - Número de conflitos agrários ocorridos no município de Balsas entre 2001 e 2017

Fonte: CPT, 2017

Org.: RODRIGUES, 2017

Algumas dessas ocorrências, decorrem da localização geográfica das áreas de assentamento rurais, uma vez que a aquisição de terras próximas ao assentamento por parte dos fazendeiro para implantação de campos de produção de soja, provoca inúmeros problemas para os moradores dos assentamentos. Um desses problema é a imposição do impedimento da criação dos animais livremente nas áreas de chapada, que, é um dos componentes do sistema de produção praticado por esses camponeses. Nesse sistema de produção, as roças é que são cercadas, enquanto os animais pastoreiam nas áreas de uso comum (a chapada). Na situação

atual ocorre o inverso, pois como os campos de soja não são cercados, a criação de animais é que deve ser limitada.

Para uma melhor compreensão dos conflitos no município de Balsas, de maneira mais prática, foram escolhidos dois assentamentos implantados pelo INCRA, os quais, se encontram em fases diferentes de instalação, cujas as causas de conflitos são distintas. Primeiramente visitou-se assentamento rural São José, localizado a 90 km da sede do município de Balsas, o qual foi implantado à 12 anos, e ao longo destes anos foram registrados diversos conflitos territoriais, muito em razão da topografia do lugar que possui as características almejadas pelo agronegócio. Posteriormente, visitou-se o assentamento rural Gado Bravinho que se localiza à aproximadamente 70 km da sitio urbano de Balsas, e este ainda está em fase de implantação, pois tem cerca de dois anos de criação, e que atualmente enfrenta diversas dificuldades estruturais e de afirmação enquanto território camponês, dentre as quais os diversos conflitos territoriais entre os assentados e os proprietários sojicultores das áreas vizinhas.

Projeto de Assentamento São José

A história do assentamento São José começa a ser delineada no ano 2000, quando parte da então fazenda São José foi liberada, pelo seu proprietário Elói Coelho, para que alguns camponeses, pudessem cultivá-la. Três anos após, o senhor Elói faleceu deixando as terras para sua esposa Maria de Jesus, a mesma quis se desfazer da propriedade tentando assim expulsar os então moradores da propriedade por meio da força, utilizando-se de ameaças e de jagunços, provocando um conflito que se arrastou até o ano de 2005, quando o INCRA interveio no local, criando ali a Projeto de Assentamento (PA) São José.

O PA São José abrange uma área de 1.125 hectares no município de Balsas – MA, foi criado pelo INCRA em 01 de agosto de 2005, por meio do processo INCRA/SR – 12/nº 54230.001706/2003-65, sendo fruto do mandato de imissão na posse nº 692/2005/SECIV, expedido pela juíza federal Dra. Edna Maria Silva Medeiros, tendo beneficiando 39 famílias, dez que ali já residiam e mais vinte e nove oriundas de outras áreas, e tendo capacidade para abrigar ainda mais três, cabendo a cada família uma área de 31,5 hectares.

No ano de 2010 o assentamento recebeu energia elétrica no âmbito do projeto “luz para todos” do Governo Federal. Hoje, passados onze anos de sua criação, o assentamento conta com uma agrovila vila composta por 42 casas; uma escola improvisada que utiliza casas na agrovila, cedidas pelos assentados da agrovila onde os alunos frequentam o Ensino Básico,

todavia, encontra-se em fase adiantada de construção de uma nova escola com mais espaço e melhor estrutura; uma descascadora de arroz, sendo as famílias que ali residem produtoras de arroz, feijão, mandioca, macaxera, amendoim e milho.



Foto 03 – Agrovila São José
Autor: RODRIGUES, 2017

Em entrevista o atual presidente do assentamento São José, este afirmou que mesmo que a área do assentamento esteja cercada por fazendas produtoras de soja, não há qualquer conflitos entre eles no momento, contudo as famílias do assentamento sofrem as consequências por estarem “ilhados” entre as fazendas produtora de soja, o maior problema por ele relatado, se refere a constante exposição dos assentados aos agrotóxicos que são utilizados nas plantações dos sojicultores, há relatos de crianças que teriam adoecido e, também da contaminação das águas do Riacho São José que corta o assentamento, pois os fazendeiros lançam os produtos químicos nas lavouras e os mesmos escorrem para as águas dos riachos de onde as famílias do assentamento coletam água para o consumo.

O presidente da associação, relata ainda a questão do assédio que alguns fazendeiros fazem com os assentados no sentido de tentar persuadi-los a vender seus lotes, como teria acontecido em 2016, quando um assentado estava decidido a ceder a tais assédios e planejando a venda de seu lote para um fazendeiro vizinho ao PA, contudo a venda não se concretizou, tendo em vista que seria ilegal, e a própria comunidade se mobilizou no sentido de não permitir a consolidação da comercialização do lote.

Projeto de Assentamento Gado Bravinho

O assentamento rural Gado Bravinho é fruto de uma luta histórica dos camponeses da região que dura até os dias atuais, a data de implantação do PA é de 05 de novembro de 2013, através da portaria do INCRA SR(12) MA Nº 60/2013, que considerou a obtenção da área por meio da desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Monte Líbano com área de 2.012.5264 hectares, localizado no município de Balsas – MA, declarado de interesse social para fins de reforma agrária pelo ato Decreto s/nº de 19 de fevereiro de 2010 cuja imissão na posse em 07/11/2012 quando resolveu de acordo com o Artigo Primeiro, “A constituição do projeto de Assentamento Gado Bravinho, código SIPRA MA1094000, área 2.012.5264 [...]”

Todavia, mesmo com toda a documentação homologada e deferida o assentamento na prática ainda não foi instalado, ou seja, o assentamento existe de direito, mas não de fato. Tal circunstância tem causado situação conflituosa entre aqueles que de fato são os destinatários da área e os grileiros, que na grande maioria são representantes do agronegócio da região, alguns com áreas limítrofes com o assentamento e com pretensões de ampliação de ampliar seus domínios. Ou seja, o INCRA tem sido omissos na resolução da questão da grilagem da área.

Na pesquisa de campo realizada neste PA, no mês de maio de 2017, pude-se contatar *in lócus* a falta de demarcação dos lotes de cada assentado, a não construção da agrovila e nem de qualquer outra benfeitoria necessária para a definitiva instalação do referido assentamento, existe apenas um barraco onde os assentados improvisaram uma escola (Foto 05) em condições muito precária, mas que os camponeses a defende com muito vigor.



Foto 05 - Escola do Projeto de Assentamento Gado Bravinho
Autor: RODRIGUES, 2017

O presidente do assentamento, relatou que os seus pais teriam chegado nessas terras em 1987, antes mesmo de todos aqueles que hoje se dizem donos, segundo ele, são cinco grileiros que afirmam serem os proprietários da terra. No local há constantes enfrentamentos, ameaças explícitas e/ou veladas, queima de casas, corte de arames das cercas, queima de plantações, e disparos de armas de fogo para o alto no intuito de aterrorizar os camponeses, entre outras formas de pressão feita pelos grileiros.

Uma peculiaridade, é a organização espacial da área pelos camponeses que preferem se instalar suas moradias e suas roças na parte baixa do terreno, cujas as áreas, apresentam algumas vantagens em função da forma de exploração camponesa, pois são mais úmidas e possuem maior disponibilidade de nutrientes mais aflorados, onde também não competem espacialmente com a soja, pois estes espaços muitas vezes são mais íngremes, e não favoráveis à lavoura mecanizada. Ainda assim, tais áreas apresentam alguns empecilhos aos camponeses, pois o acesso é mais difícil, obrigando-os a circular em estradas muito precárias, entretanto o maior problema reside no fato destas áreas serem alvos da cobiça dos latifundiários que as desejam para destiná-las à reservas legais e terem todo o espaço das chapadas disponível para a grande lavoura mecanizada.

Recente conflito registrado em Balsas

O mais recente conflito envolvendo camponeses no município de Balsas é datado de 27 de abril de 2017, e ocorreu na propriedade de nome Batavo Vargem Limpa, de 60 hectares, a 40 km da sede do município, envolveu uma única família.

Uma camponesa relatou que quatro policiais e um corretor de imóveis teriam ido à sua residência para entregar uma intimação para que comparecesse ao fórum de Balsas para uma audiência que visava a desocupação da área, logo após a entrega da intimação os policiais teriam se retirado e em seguida voltado, e detido a trabalhadora rural e sua filha, e que os mesmo as teriam ameaçado. A trabalhadora afirma que:

Eles falaram que iam trazer um trator para passar encima da minha casa e da minha família, me jogaram no chão, bateram em meu rosto e me algemaram como se fosse bandido, fui levada para a delegacia com minha filha e meu neto de cinco meses [...] Só fui liberada às 19hs. Estes policiais teriam sido pagos por corretor que teria estado algumas semanas antes sondando o local, e perguntando se as terras teriam documentação.

A CPT está acompanhado o caso e o advogado da instituição esteve presente na primeira audiência que ocorreu no dia 11 de maio de 2017, onde foi constatado que família não têm a documentação das terras, no entanto mora no local a mais de sete anos.

Referências Bibliográficas

ANTAQ. **Boletim Informativo Aquaviário**: 3º Trimestre 2015, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.antaq.gov.br/portal/Estatisticas_BoletimPortuario.asp> Acesso em: 03 de jan. 2017.

ASSELIN, V. **Grilagem**: Corrupção e Violência em Terras de Carajás. Petrópolis: Vozes, 1982

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal. Serie 1999 – 2015**. Disponível em <WWW.sidra.ibge.br> acesso em 16 de junho de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8447.htm> aceso em 04 de Julho de 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER**. <<http://www.campo.com.br/proceder/>> aceso em 09 de Julho de 2017.

Comissão Pastora da Terra – CPT. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia 2008.

_____. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia, 2017.

_____. **Ocorrência de Conflito por Terra**. Serie: 1985 a 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/36-conflitos-por-terra-ocorrencias?Itemid=-1>>. Acesso em: 05 de junho 2017.

Diário de Balsas, **Balsas é o terceiro maior município produtor de grãos de soja da região do Matopiba**, Balsas-MA (2016). Disponível em: <<http://www.diariodebalsas.com.br/noticias/agronegocios-14678.html>>. Acesso em: 27 de dez. 2016.

FERNANDES, B. Mançano. **Teoria dos territórios e da questão agrária**. UNESP, São Paulo, 2008. p. 296.

FERREIRA, A. J. A. **Políticas Territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo).

GIORDANO, S. Ribeiro. **Competitividade Regional e globalização**. São Paulo: Departamento de Geografia, USP. 1999. Doutorado em Geografia. (Tese)

GROSSMAN, S. L. **The political ecology of bananas**: contract farming, peasants, and agrarian change in the Eastern Caribbean. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.

IBGE. **Censo 2010 - Cidade**. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 27 de nov. 2016.

IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do estado do Maranhão: Série: 2010 a 2014**, São Luís, V. 10, p. 1-87, 2016. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/PIB_Municipal_20102014_divulga%C3%A7ao.pdf>. Acesso em: 03 de jan. 2017.

LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia**: uma guia teórica e metodológica. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MARQUES, M.I.M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA – Ano 11, N.12 – Presidente Prudente, 2008.

MST. **Assassinato do padre Josimo completa 20 anos**. 9 de maio de 2006. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2222>>. Acesso em 03 de julho de 2017.

PISCIOTTA, Kátia. **Pesquisa científica em unidades de conservação da Mata Atlântica paulista**. 2003. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RODRIGUES, S.J.D. & ALENCAR, F.A.G. Conflitos territoriais no espaço agrário maranhense. apud MOREIRA, R. **O espaço e o contra-espaço**: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. (2007)

RUGANI, Jurema Marteleto. **Conservação do patrimônio no contexto da cultura especulativa**. In: FERNANDES, Edésio e RUGANI, Jurema Marteleto (orgs.). Cidade, Memória e Legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB/MG, 2002, p. 159-167

SILVA, A. R./ CUNHA, V. V. **A Luta pela Terra no Maranhão**: Caso do Bico do Papagaio. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia 2012.

SINDIBALSAS; BALSAS, Prefeitura Municipal de. Solicitações e Reivindicações da Classe Produtora do Maranhão. 2005. (impresso).

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, P. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil mal**: o caso das usinas hidrelétricas. Revista Ambiente & Sociedade, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.